

# *Superior Tribunal de Justiça*

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.446.623 - RS  
(2019/0034896-0)**

**RELATOR : MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES**  
**EMBARGANTE : UNIÃO**  
**EMBARGADO : JÚLIO CÉSAR GOES MACEDO**  
**ADVOGADOS : RENATO DA COSTA FIGUEIRA - RS005411**  
**MARIA EDUVIRGES BORGES FORTES DA COSTA FIGUEIRA**  
**- RS048813**  
**INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**

## **EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3 E 7/STJ. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. VÍCIO NO JULGADO. OCORRÊNCIA. SUPRESSÃO. HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA RECURSAL. ART. 85, § 11, DO CPC/2015. FIXAÇÃO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO ACOLHIDOS.

## **DECISÃO**

Trata-se de embargos de declaração opostos contra decisão monocrática, de minha relatoria.

Sustenta a parte embargante a existência do vício de omissão quanto à majoração dos honorários de advogado.

Apresentada impugnação.

É o relatório. Passo a decidir.

Inicialmente é necessário consignar que o presente recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo nº 3/STJ: "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

Suprimo o existente vício alegado.

Tendo em vista o disposto no art. 85, § 11, do CPC/2015, c/c o Enunciado Administrativo nº 7/STJ ("Somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016 será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do NCPC") e o trabalho adicional realizado em grau recursal, impõe-se a fixação dos honorários advocatícios a título de sucumbência recursal, o qual fixo no importe de 2% do valor atualizado da causa.

Ante o exposto, acolho os embargos de declaração, nos termos da fundamentação.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 03 de outubro de 2019.

**MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES**  
**Relator**